



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

**WILLIAM RESENDE DE SOUSA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA-MG.**

**LAVRAS  
2023**

**WILLIAM RESENDE DE SOUSA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS  
ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA-MG.**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de  
Lavras como requisito para obtenção do título de  
Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Raoni Perrucci Toledo Machado

**LAVRAS  
2023**

SOUSA. William Resende

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA-MG

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física)  
-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2023

Orientador (a): Prof. Raoni Perrucci Toledo Machado

I. Assunto: 1. Educação 2. Deficiência. 3.  
Inclusão. II. Orientador: Machado, Raoni. III. Universidade  
Federal de Lavras

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**WILLIAM RESENDE DE SOUSA**

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA-MG.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciatura em Educação Física, pela  
Universidade Federal de Lavras

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Raoni Perrucci Toledo Machado

---

Examinador

## AGRADECIMENTOS

De que outra forma começar a agradecer, se não for agradecendo a Deus que me deu tudo e me proporcionou viver isso, sendo assim, sou totalmente grato a Ele por sempre me ajudar e ainda colocar pessoas como estas que irei citar, que fizeram esse sonho ser possível. Primeiramente, gostaria de agradecer minha mãe Sebastiana ou como prefere ser chamada Vânia que sempre fez de tudo pelo meu sonho, que por muitas vezes deixou de viver os sonhos dela para que eu pudesse viver os meus, que sempre me ajudou e me apoiou e é a pessoa pela qual faço tudo pra deixá-la orgulhosa, afinal, sem ela nada disso seria possível. O meu muito obrigado e que a senhora nunca se esqueça de que tudo isso é pela gente.

Não poderia me esquecer do meu irmão, Wagner, que sempre esteve comigo e foi um dos meus principais exemplos, te agradeço por tudo que sempre fez por mim. Agradeço também a Letícia, minha namorada, que sempre esteve comigo, me ajudando nos momentos mais difíceis e me apoiando durante toda a graduação fazendo com que fosse algo mais fácil e leve por estar junto comigo e me ajudar a passar por tudo durante esse período. Aos meus amigos e a minha família que estiveram comigo nesse processo, aqueles que tive o prazer de conhecer pelo caminho e aos que permaneceram, tenho muito a agradecer, a graduação não seria a mesma sem vocês.

Também devo meus agradecimentos àqueles que participaram comigo durante anos dos projetos PIBID e Residência Pedagógica, vocês foram fundamentais na formação do profissional que sou hoje. A Associação Atlética Kraken, a qual eu tenho um carinho enorme, me deu o prazer de conhecer e estar com pessoas incríveis que pretendo levar comigo para o resto da vida. Aos meus professores que proporcionaram experiências e aprendizado que levarei pra minha vida profissional e acadêmica, ademais agradeço meu orientador que esteve comigo desde o início da graduação, através dos projetos que participei. Não poderia me esquecer de agradecer a família da minha namorada que hoje se tornou parte da minha família, que me ajudaram muito neste período.

Por fim, não só agradecer, mas também dedicar este trabalho àqueles que já partiram, meu pai ,Júlio César, meu tio Tônico, meus avós Sebastiana e Joaquim e a Dona Vânia, na certeza que de onde estiverem estão torcendo por mim.

“Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos.”

(Letícia Butterfield)

## RESUMO

O presente trabalho analisou a evolução histórica legislativa referente aos direitos das pessoas com deficiência, além de analisar a estrutura e o PPP das escolas públicas da Cidade de Oliveira, visando constatar se a instituição está apta a atender as necessidades dos portadores de alguma deficiência. Sendo assim, o objetivo deste estudo é entender como é realizada a inclusão de estudantes que possuem necessidades especiais, visando buscar maneiras de mudar tanto na sala de aula quanto em planejamento e diretrizes das escolas. Por fim, para alcançar os objetivos supracitados foi realizada uma análise metodológica do tipo jurídico-comparativa, na qual, constatou que o direito da pessoa com deficiência é uma conquista histórica, que ainda está em evolução. Além disso, foi desenvolvido pesquisas bibliográficas, análise das diretrizes, dos projetos políticos pedagógicos das escolas públicas do município de Oliveira-MG que tenham turmas do Ensino Fundamental anos finais e avaliação dos currículos referência de Educação Física

**Palavras-chave:** Educação Física; Educação Inclusiva; Atividades Adaptadas; Inclusão; Educação adaptada; Educação Especial;

## ABSTRACT

The present work analyzes the historical legislative evolution regarding the rights of people with disabilities, in addition to analyzing the structure and the PPP of public schools in the City of Oliveira, in order to verify if the institution is able to meet the needs of people with a disability. Therefore, the objective of this study is to understand how the inclusion of students with special needs is carried out, seeking ways to change both in the classroom and in school planning and guidelines. Finally, in order to achieve the aforementioned objectives, a methodological analysis of the legal-comparative type was carried out, in which it was found that the right of people with disabilities is a historical achievement, which is still evolving. In addition, bibliographical research was carried out, analysis of guidelines, pedagogical political projects of public schools in the municipality of Oliveira-MG that have Elementary School classes in the final years and evaluation of the reference curricula of Physical Education

**Keywords:** Physical Education; Inclusive education; Adapted Activities; Inclusion; Adapted education; Special education;



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1- INTRODUÇÃO .....  | 10 |
| 2 - OBJETIVOS .....  | 12 |
| 3- METODOLOGIA .....   | 12 |
| 4-EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO E DA SOCIEDADE PERANTE AS<br>PESSOAS DEFICIENTES..... | 13 |
| 5- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO REFERÊNCIA.....                               | 20 |
| 6- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM OLIVEIRA (MG).....  | 21 |
| 6.1 Escola Municipal Walfrido dos Mares Guia.....  | 21 |
| 6.1.1 Imagens da Escola Municipal Walfrido dos Mares Guia.....                           | 24 |
| 6.2 Escola Estadual Mário Campos e Silva.....  | 28 |
| 6.2.1 Imagens da Escola Estadual Mário Campos e Silva.....                               | 30 |
| 6.3 Escola Estadual Doutor José Maria Lobato.....  | 35 |
| 6.3.1 Imagens da Escola Estadual Doutor José Maria Lobato .....                          | 38 |
| 7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 46 |
| REFERÊNCIAS.....   | 47 |
| ANEXO I - Currículo Referência de Minas Gerais.....                                      | 51 |

## 1- INTRODUÇÃO

A decisão de cursar Educação Física é consequência da minha paixão por esportes, pois, sempre gostei de praticar atividades físicas. Desta forma, comecei a competir em campeonatos e eventos de futsal, municipais e estaduais, e posteriormente, passei a integrar à equipe de organização desses eventos, atuando como arbitro mesário, entre outras funções. Nesse processo, fiz parte de duas equipes de futsal da minha cidade, na qual tive a oportunidade de conhecer o meu Técnico, José Antônio, que mais me influenciou para escolha do curso. Pois, durante os treinos, ele fazia muitas indagações sobre a área de atuação e eu amava ouvir as histórias sobre suas aulas, as dificuldades enfrentadas e como ele agia perante essas situações. Ademais, ele viabilizou que eu vivenciasse algumas experiências da área, permitindo passar algumas atividades dentro do treino como o aquecimento, alguns educativos e até mesmo corrigindo alguns gestos com a sua ajuda para os alunos mais novos que eu. Além disso, um dia comum, ele me perguntou: “William, você já pensou no que quer trabalhar no futuro?” e eu respondi que desejava cursar Educação Física Bacharel, pois almejava ser técnico de futebol.

Ademais, quando eu completei 15 anos, já estava decidido sobre qual curso eu aspirava e até mesmo em qual área da Educação Física queria atuar. Quando mudei de escola, conheci um professor de Educação Física, conhecido em minha cidade, em virtude do seu histórico em competições, porém fui ter minha primeira aula com ele, apenas, no segundo ano do Ensino Médio e ele me convidou para fazer a seletiva do time da escola no qual ele era o técnico, a partir do momento que entrei para o time nossas conversas foram ficando cada vez mais longas e fomos criando um vínculo de amizade.

Esse professor, no que lhe concerne, me instigava a pensar sobre o que eu queria e como gostaria de atuar na área. Esses questionamentos possibilitaram que eu refletisse sobre os meus planos profissionais e eu constatei que no Bacharelado não seria o ideal, pois é uma área direcionada para o esporte de alto rendimento, conseqüentemente, algumas atividades excluem aquelas pessoas que não possuem tanta habilidade na modalidade e a partir destes pensamentos comecei a reparar nas aulas desse professor e até nos treinos em como ele ministrava. Neste contexto, a observação fomentou a minha admiração pela docência e alterou totalmente minha perspectiva em relação a minha área de atuação e pensar cada vez mais na

inclusão e adaptação para que todos pudessem participar das minhas aulas, como fazia meu professor. Sendo assim, os dois profissionais supracitados são referências de profissionais que eu quero me tornar e ainda durante a graduação utilizo muito do que vivenciei com eles e do que me ensinaram.

Durante toda minha graduação busquei aproveitar as possibilidades ofertadas pela universidade para me capacitar e me tornar um bom profissional. Visando essa melhoria participei de dois projetos que me propiciaram experiências incríveis de maneira a me preparar para quando eu estiver a frente de uma turma. O primeiro projeto foi o PIBID(Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência) na qual, foi discutido temas relacionados às experiências nas aulas de Educação Física que acompanhamos nossos supervisores e nesse processo de um ano e meio aprendi muito e tive algumas oportunidades de ministrar em alguns momentos as aulas. Seguindo meu processo formativo, quando acabou o período do PIBID entrei na residência pedagógica onde estou aprendendo muito e podendo melhorar um pouco mais a cada reunião, cada discussão, cada texto e a cada aula que acompanhamos com os supervisores das escolas que fazem parte.

Durante toda minha trajetória, a forma que é realizada a inclusão de pessoas com deficiências nas aulas de Educação Física, sempre me incomodou, uma vez que, em muitos casos, os professores fundamentam as suas aulas de forma automática, sem um questionamento prévio e uma tentativa de adaptar a aula para aqueles que possuem necessidades especiais, pois em muitos casos os alunos que possuem uma deficiência são simplesmente inseridos nas atividades sem nenhum tipo de suporte.

Durante meu processo de formação, foquei em me preparar para conseguir adaptar as minhas aulas para que todos os alunos participassem independente de suas diferenças, habilidades, preferências, entre outras diferenças. Nesse cenário surgiu o interesse sobre a inclusão daqueles que teriam alguma deficiência física. Por este motivo, durante minha graduação participei de oficinas, debates e até algumas práticas de esportes paraolímpicos que me fizeram entender melhor e ter a consciência sobre o assunto. Todas essas experiências fomentaram a preocupação de pensar mais sobre o assunto e ver o que os professores tiveram como base e aporte em suas disciplinas na graduação e até mesmo depois da graduação, quais cursos ou quais programas educacionais auxiliam esse professor em sua preparação para lidar com essas questões.

Por fim, todos esses acontecimentos resultaram na presente pesquisa que visa analisar formas de incluir nas diretrizes aportes sobre essas adaptações a serem feitas, focando também em maneiras de aumentar os grupos de estudo para que os professores tenham maiores possibilidades de fazer essa adaptação de forma correta para que cada vez mais possa ocorrer a inclusão de pessoas com deficiência além de conseguir fazer com que os outros alunos que não tenham deficiências pensem em relação a esses alunos.

## **2- OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre a educação inclusiva, visando descobrir suas falhas e buscar maneiras de mudar a presente realidade vivenciada pelos profissionais de Educação Física por meio de uma proposta de intervenção que possibilite a capacitação dos profissionais do município.

## **3- METODOLOGIA**

Nos últimos tempos, devido ao surgimento de algumas questões polêmicas que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência, tornou-se notório que, após inúmeras reformas, a legislação já evoluiu muito em relação aos direitos dessa parte da sociedade, todavia, ainda há obstáculos que precisam ser enfrentados pelas escolas, para que a lei seja aplicada de forma satisfatória. Dessa maneira, esta pesquisa foi proposta com base no desenvolvimento jurídico referentes ao tema e a normatização vigente. Tendo como foco as melhorias que precisam ser executadas no ambiente escolar para alcançar a inclusão dos deficientes no contexto escolar, para isso foi executada uma análise sistemática que consistiu na comparação entre as últimas normas promulgadas sobre o assunto.

Para obter êxito com essa pesquisa e alcançar os objetivos supracitados foi realizada uma análise metodológica do tipo jurídico-comparativa, na qual, foi estudado diversas legislações nacionais e tratados internacionais sobre o tema, em que foi constatado que o direito da pessoa com deficiência é uma conquista histórica, ainda em evolução. Além disso, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas, que tiveram como palavras chaves “educação inclusiva”, “estudantes portadores de

deficiência”, “desafios na inserção dos deficientes no ambiente escolar”. Além disso, foi analisado as diretrizes, os projetos políticos pedagógicos das escolas públicas do município de Oliveira-MG que tenham turmas do Ensino Fundamental anos finais e avaliação dos currículos referência de Educação Física.

#### **4-EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO E DA SOCIEDADE PERANTE AS PESSOAS DEFICIENTES**

A educação é um direito social, garantido pela Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 6º, concomitantemente, o mesmo dispositivo legal concretiza este direito no artigo 205. Desta forma, a educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos e o Estado e a família possuem o dever de promovê-lo. Sendo assim, o Estado necessita criar mecanismos que fomentem a educação inclusiva, viabilizando a educação para as crianças deficientes. Nesse sentido, o Estado brasileiro disciplinou sobre o assunto, por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Capítulo IV, visando concretizar este direito instituído pela Constituição de 1988.

Todavia, este direito é uma conquista histórica, uma vez que, ao analisar a história brasileira, é possível constatar que os deficientes foram rejeitados e excluídos, na qual, a evolução cultural foi fundamental para modificar a forma em que esta parcela da sociedade era tratada, conforme defendeu Palumbo.

A discriminação das pessoas com deficiência existe desde as civilizações antigas. Porém, com a positivação da dignidade da pessoa humana como um valor jurídico a ser protegido, o que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a buscar respostas às atrocidades produzidas nas grandes guerras, dando ensejo a um sistema global de proteção aos direitos humanos. (2012, p.3)

Sendo assim, a população indígena que habitava o território que se tornou o Brasil, possuía o costume de assassinar as crianças que nasciam com alguma deficiência, visto que, acreditava-se que este recém-nascido era um mau sinal, castigo dos deuses ou de forças superiores. Por sua vez, se aquele que adquirisse algum tipo de limitação física ou sensorial era excluído do grupo e esta segregação gerava a morte dessas pessoas, na maioria das vezes, pois o excluído passava a ter a necessidade de caçar e se proteger sozinho, inviabilizando uma vida longa.

Por outro lado, a chegada dos portugueses ao território descoberto por Cabral aumentou o número de pessoas com deficiência nesse território, uma vez

que, as condições climáticas e a quantidade de insetos que havia no Brasil, aliada à precariedade nos tratamentos da maioria das enfermidades afetaram a saúde e bem-estar dos europeus, gerando um aumento no número de pessoas que possuíam necessidades especiais, conforme explana “algumas dessas enfermidades de natureza muito grave chegaram a levá-los a aquisição de severas limitações físicas ou sensoriais” (FIGUEIRA, 2008, p. 55), logo, sempre existiram as pessoas que possuíam algum tipo de deformidade na sociedade brasileira, conforme relatou o historiador da medicina Licurgo Santos Filho “tal e qual como entre os demais povos, e no mesmo grau de incidência, o brasileiro exibiu casos de deformidades congênitas ou adquiridas. Foram comuns os coxos, cegos, zambros e corcundas” (2008, p. 56).

Já no século XIX, os conflitos militares, como Canudos, outras revoltas regionais e a guerra contra o Paraguai gerou a necessidade de um tratamento mais humanitário para aqueles que necessitavam de atendimento. Neste sentido, o general Duque de Caxias relatou ao Governo Imperial suas preocupações com os soldados que adquiriram deficiência e então foi inaugurado no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1868, o “Asilo dos Inválidos da Pátria” e manteve suas atividades por 107 anos, onde “seriam recolhidos e tratados os soldados na velhice ou os mutilados de guerra, além de ministrar a educação aos órfãos e filhos de militares”(FIGUEIRA, 2008, p. 63).

Já o século XIX e XX foi marcado pelas evoluções médicas, possibilitando estudos e pesquisas no campo da reabilitação, sendo assim, a deficiência deixou de estar ligada à espiritualidade e passou a ser considerada uma doença tratada em ambientes hospitalares e assistenciais. Essa mudança de perspectiva alterou a responsabilidade do Estado e da sociedade, uma vez que, estas pessoas que possuíam necessidades especiais deixaram de ser responsabilidade apenas da família e se tornou uma questão social. E essa mudança de concepção gerou a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), que era uma instituição criada pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854, com a atribuição de ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris para deficientes visuais. Ademais, no mesmo período foi criado o Colégio Nacional para Surdos-Mudos, o Asilo dos Meninos Desvalidos e o Instituto de Menores Artesãos, entre outros. Todavia, a responsabilidade foi delegada às instituições privadas e beneficentes,

eventualmente apoiados pelo Estado, que se preocupavam com questões além da reabilitação médica, assumindo a educação das pessoas com deficiência, por meio da filantropia e o assistencialismo.

A evolução social e o fomento da educação das pessoas com necessidades especiais gerou um embate na sociedade, visto que, as “crianças excepcionais”, cujo significado se referia a “aquelas que se desviavam acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais” (FIGUEIRA, 2008, p. 94) precisavam desenvolver suas habilidades, mas havia a ideia, permeada pelo senso comum de que essas crianças não poderiam ser instruídas nas escolas regulares, gerando a demanda por escolas especializadas, que possibilitou a criação de entidades como a Sociedade Pestalozzi de São Paulo (1952) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro (1954). Estas instituições foram fundamentais para o alcance de alguns direitos garantidos a esta parcela da população, visto que, elas requerem do poder público medidas que incluísse na legislação e na dotação de recursos a chamada “educação especial” e este requerimento foi atendido pela primeira vez, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Estas instituições foram importantes para o fornecimento de algum tipo de educação, todavia, elas mantinham a segregação histórica dessas crianças, uma vez que, elas não eram inseridas nas escolas regulares e no convívio social. Por este motivo, este processo foi chamado de “institucionalização da deficiência”, e esta segregação necessitava ser excluída da sociedade brasileira, conforme advertiu Beyer “as escolas especiais foram importantes historicamente, mas uma solução transitória não tem ou não deve ter caráter permanente”.(2005, p. 15). Sendo assim, o processo de “desinstitucionalização” iniciou-se em 1970, na qual, buscou-se incluir e integrar gradualmente as pessoas com deficiência na escola regular, gerando mudanças importantes nos sistemas de ensino e nas escolas.

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial- CENESP, que se tornou responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fomentando ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação. Todavia, estas ações ainda não possuíam caráter de políticas públicas e sim assistenciais, uma vez que não havia a característica da universalidade.

O tema passou a ser discutido pelos organismos internacionais, na qual Declaração (ONU) dos Direitos do Retardado Mental, de 1971, afirmou que as pessoas com deficiência intelectual devem gozar dos mesmos direitos que os demais seres humanos. Enquanto, a Declaração (ONU) dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975, defendeu que: “pessoas deficientes gozam dos mesmos direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais que os demais seres humanos” Ademais, o ano de 1981 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), gerando visibilidade para essas pessoas conforme relatou Figueira (2008):

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância (2008, p. 115).

Outro acontecimento internacional sobre o tema foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais promovida pelo governo espanhol em colaboração com a UNESCO, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca. Na qual, gerou a Declaração de Salamanca que discorre sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Neste sentido, esta declaração repercutiu nas políticas educacionais brasileiras, inclusive na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1996, visto que a Declaração de Salamanca (1994) assume que

[...] as políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto às práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado (BUENO, 2006, p. 16).

Esta concepção de fracasso está ligada ao compromisso assumido pelo Brasil, em 1990, perante a comunidade internacional, de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país, por meio da Declaração de Jomtien 1990, que determinou o fim de preconceitos e estereótipos de qualquer natureza na educação.

Já no âmbito interno, houve diversos avanços legislativos sobre a temática, como a criação da Lei 7.853 de 1989 que:



Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (BRASIL, 1989).

Já o deputado federal Paulo Paim teve a iniciativa de uma legislação que compilava a regulamentação e o aprimoramento de todas as leis, decretos e portarias voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência e este ordenamento jurídico foi denominado de Estatuto do Portador de Necessidades Especiais (PL 3638/2000), criado em 09 de outubro de 2000. Buscando aprimorar este regulamento, o projeto foi reestruturado e reeditado no Senado Federal com a denominação de Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS 06), em fevereiro de 2003. Em outubro do mesmo ano, houve outras alterações, a partir de contribuição de técnicos, professores, familiares, profissionais da área e pessoas com deficiência das cinco regiões do País e estas mudanças constituíram o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PLS 429).

Por outro lado, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, conhecida por Convenção de Nova York sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; diploma que, com seu Protocolo Facultativo, foi assinado em março de 2008. Ratificado pelo Congresso Nacional Brasileiro através do Decreto Legislativo n.º 186/2008, promulgado através do Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, definiu o que era pessoa com deficiência.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Sendo esta definição acarretou novas ideias sobre o tema e ultrapassou a visão meramente biomédica, conforme Diniz,

O conceito de deficiência, segundo a Convenção, não deve ignorar os impedimentos e suas expressões, mas não se resume a sua catalogação. Essa redefinição da deficiência como uma combinação entre uma matriz biomédica, que cataloga os impedimentos corporais, e uma matriz de direitos humanos, que denuncia a opressão, não foi uma criação solitária da Organização das Nações Unidas. Durante mais de quatro décadas, o chamado modelo social da deficiência provocou o debate político e acadêmico internacional sobre a

insuficiência do conceito biomédico de deficiência para a promoção da igualdade entre deficientes e não deficientes. (2009, P.23)

A partir das evoluções sociais e as conquistas das pessoas com deficiência, tornou-se evidente que não bastava inserir estas pessoas nos ambientes escolares, mas é necessário garantir igualdade nas possibilidades de escolarização, visando a qualidade no ensino e a permanência dessas crianças no ambiente escolar, assim como ensina o autor Romeu Kazumi Sassaki

Educação inclusiva como sendo um conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (2003, P.15).

Esta nova meta gerou a Resolução CNE/CEB 02/2001, que desafiou as escolas a se organizarem para incluir os alunos e atender suas necessidades educacionais especiais, conforme regulamenta o artigo 2º desta resolução:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL. 2001.)

No mesmo ano, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n.º 10.172/2001, estabeleceu objetivos e metas para que os sistemas de ensino, dentre elas: a formação docente, a acessibilidade física e o atendimento educacional especializado, destacando que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.( BRASIL. 2001)

Já no ano seguinte, o ordenamento jurídico brasileiro reconheceu LÍBRAS (língua brasileira de sinais), como língua oficial no país, com o português. Enquanto a Resolução CNE/CP 01/2002, dispôs sobre a formação dos professores da Educação Básica, disciplinou sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ao nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, buscando a formação de profissionais aptos para

lidarem com as diversidades dos estudantes. E a Portaria MEC 2. 678/2002 difundiu Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo território nacional. Neste contexto, é perceptível a preocupação do Estado em buscar medidas que atendam as necessidades de diversas pessoas, com diferentes limitações, buscando aumentar o acesso à educação desses alunos e não apenas inseri-los no ambiente escolar sem garantir medidas adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Em 2004, a Lei 10.845/ 2004 implementou o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED) que tinha como objetivos principais

(...) garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência, cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular e garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2004).

Por sua vez, o Decreto 5.626/2005, visando complementar a Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 impôs que a

Formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (BRASIL, 2000).

Em 2006, a educação inclusiva voltou a ser pauta nos debates internacionais, sendo aprovada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da qual o Brasil é signatário.

No ano de 2007, o Decreto 6.094/2007 buscou minimizar a dicotomia entre escola regular e escola especial, conforme demonstra o documento do MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas:

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, p. 09).

No ano seguinte o Decreto Legislativo 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto 6.949/2009, aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, nos termos do § 3º do artigo 5º da Constituição Federal, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Visando gerar aplicabilidade dos direitos que foram inseridos na Constituição de 1988, o Decreto 7612/2011, criou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Plano Viver sem Limite.

O decreto 10.502, de 30/9/2020, foi assinado pelo presidente Bolsonaro e retirava das escolas a obrigação de terem a infraestrutura e recursos para a admissão de alunos deficientes nas turmas regulares, logo, foi considerado um retrocesso na questão da Educação inclusiva. (OLIVEIRA, 2020; ABRASCO, 2020). A partir da repercussão negativa, em relação a esta norma, o ministro Dias Toffoli, do STF, julgou procedente a liminar da ADI 6590, em 18/12/2020, que suspende os efeitos do referido decreto presidencial, por afrontar a LDB e a lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A partir desta análise histórica é perceptível que a educação é um direito de todos respeitando suas diferenças, “Educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com algum tipo de deficiência devem fazer parte das escolas” (KARAGIANNIS, STAINBACK, 1999, P.23).

## **5- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO REFERÊNCIA**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que compreende os objetivos, metas e diretrizes de uma escola. Neste sentido, as instituições de ensino possuem autonomia para desenvolverem os seus PPP, uma vez que, para formular um projeto que seja aplicável, é necessária que ele compreenda a realidade, identidade, diversidade cultural e religiosa inseridas no contexto de cada escola, por este motivo, ele é elaborado de forma coletiva e colaborativa, na qual a participação de todos os agentes da comunidade escolar é essencial.

Desta forma, analisar esse planejamento da instituição é uma forma de avaliar como é realizada a educação inclusiva e elaborar propostas de intervenção que busquem solucionar desafios enfrentados por estudantes que possuem necessidades especiais e os profissionais das escolas.

Por sua vez, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Minas Gerais (Undime-MG) formularam o Currículo Referência de Minas Gerais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, visando definir a base da prática pedagógica que orienta o processo de ensino e aprendizagem das escolas mineiras.

Neste sentido, o documento foi implementado nas unidades de ensino – municipais, estaduais e privadas, no ano letivo de 2020 e apresentou os assuntos que devem ser estudados, a forma de serem apresentados em sala de aula e as metodologias e estratégias de aprendizagem adotadas pelos profissionais da área de educação. Sendo assim, foi necessário adaptar os planos políticos pedagógicos das escolas, conforme abordou coordenadora do Currículo pela Undime-MG, Maria Virgínia Morais Garcia

Neste ano, vamos trabalhar em duas frentes: formação dos professores e a revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). É importante que as escolas se apropriem dos PPPs porque ele vai ajudar os profissionais a caminhar e buscar novas metas.

## **6- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM OLIVEIRA (MG)**

Oliveira é um município localizado no estado de Minas Gerais, fazendo fronteira com os municípios de Carmo da Mata, Carmópolis de Minas e São Francisco de Paula e possui 41.687 habitantes, conforme o último censo. A educação fundamental da cidade é oferecida pela rede privada e pela rede pública. Neste sentido, a cidade possui 3 escolas públicas que oferecem o ensino fundamental anos finais, Escola Municipal Walfrido dos Mares Guia, Escola Estadual Mário Campos e Silva e a Escola Estadual Doutor José Maria Lobato.

### **6.1 Escola Municipal Walfrido dos Mares Guia**

A Escola Municipal Walfrido dos Mares Guia está localizada na cidade de Oliveira(MG), região Centro-Oeste de Minas Gerais, no bairro Antônio Laranjo, ofertando o Ensino Fundamental II, para pessoas de 10 a 17 anos, conforme autorização da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Ademais, o princípio norteador da instituição demonstra a busca pela educação inclusiva, visto que, valoriza a busca a universalidade do direito de aprender e respeito pela

diversidade, conforme apresentado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do ano de 2022

O princípio que fundamenta a nossa concepção de educação e de ensino é o da liberdade, da igualdade e da solidariedade humana, considerando deste modo que todas as pessoas têm capacidade e direito de aprender, isso implica a conduta inclusiva da escola, o respeito ao pleno sentido da formação para a cidadania, com vistas ao desenvolvimento de todos os nossos alunos em suas dimensões: cognitiva, social, política e afetivo-pessoal.

Neste sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) demonstrou que, aproximadamente, 68% (aproximadamente 12 milhões de pessoas) da população com deficiência não têm instrução ou cursou, apenas, o ensino fundamental incompleto, enquanto as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas a taxa é de 30,9%. Logo, o estudo demonstrou que a inserção e permanência dos estudantes que possuem alguma necessidade especial no ambiente escolar são dois desafios que devem ser enfrentados pelas instituições de ensino. Sendo assim, visando cumprir o princípio supracitado, a escola apresentou em seu PPP medidas que buscam solucionar estes dois problemas, sendo a contratação de profissional capacitado e a busca pela identificação das necessidades educacionais

Para auxiliar os docentes no atendimento dos alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais, temos ainda o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na sala de recurso. A escola conta com uma professora especializada que atende os dois turnos alternadamente, 4 dias por semana e um dia para o planejamento, a qual faz a Anamnese, elabora e aplica o Plano Educacional Individual (PEI), o Plano de Atendimento Especializado (PAEE) e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), de acordo com laudos, relatórios médicos, de equipes multidisciplinares, entrevista com os pais e ou responsáveis., podendo assim identificar as necessidades educacionais do estudante e definir recursos a serem utilizados, atividades a serem desenvolvidas e cronograma de atendimento.

Para mais a escola busca propiciar um ambiente agradável e acolhedor para seus estudantes, aumentando a probabilidade dele ter continuidade nos estudos

No decorrer do nono ano, os alunos são orientados sobre a continuidade dos estudos, fazem visitas às escolas que oferecem Ensino Médio Regular e EJA, para familiarização com as mesmas. Aqueles que têm algum transtorno ou deficiência é bastante acolhido, tendo um momento especial com as supervisoras dessas escolas, para as quais enviamos relatórios, laudos, PEI (Plano de Educacional Individual) e PDI (Plano de Desenvolvimento Individual).

Por outro lado, a estrutura da escola propicia a inclusão dos deficientes físicos, uma vez que, a escola possui rampas de acesso e banheiros adaptados, viabilizando a autonomia daqueles que possuem limitações de locomoção. Por outro lado, o PPP da escola não objetiva a melhora da comunicação com alunos mudos e surdos, uma vez que, não há projetos de capacitação sobre o tema, no concurso público para ingressar na escola, saber se comunicar em libras não era um pré-requisito, reforçando o posicionamento de Keno Silva De Freitas Costa

No entanto, no cerne da relação Libras e profissionais da educação, especificamente os que atuam no ensino regular, percebe-se a Libras, de certa forma, figurar fora dos “anseios” de capacitação por muitos professores, o que é reforçado por Santos (2015) ao afirmar que no âmbito escolar, quando se trata de situações que dependem do uso de Libras, muitos docentes não têm capacitação alguma ou adequada para atender às pessoas surdas (2018.p.29)

Por fim, o PPP analisado evidência a busca por projetos de leitura e aquisição de livros, todavia negligência a procura por livros escritos em braille-tinta para estudantes cegos ou com baixa visão, mesmo havendo um projeto do O Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) chamado Programa Nacional do Livro Didático Acessível (PNLD/Acessível) que busca disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias para escolas públicas de educação básica instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. E este projeto produz livros em braille-tinta, conforme explicou a secretária de Modalidades Especializadas de Educação, Ilda Peliz

A partir de 2019, os livros didáticos passaram a ser impressos em braille e letras ampliadas em português. São entregues aos alunos cegos os mesmos livros que o restante dos alunos da classe recebe. Desse modo, tanto as famílias como os professores podem acompanhar o que o estudante que utiliza o braille está lendo (2020)

A partir dos argumentos supracitados é evidente que a escola apresenta uma educação inclusiva e que busca tornar a escola regular o espaço mais adequado para os alunos deficientes, todavia ainda há problemas que devem ser solucionados e o professor possui papel fundamental nesta melhoria, uma vez que, ele deve buscar junto aos órgãos competentes subsídios que possibilitem a melhor atuação do profissional, além de buscar se capacitar com frequência para oferecer um trabalho de qualidade para seus discentes.

### 6.1.1 Imagens da Escola Municipal Walfrido dos Mares Guia

**Figura 1- Rampa de acesso à arquibancada**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 2- Pátio**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 3 – Entrada da quadra**



Fonte: Compilação do autor



**Figura 4- Corredor que liga a cantina à quadra**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 5- Quadra de esportes**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 6- Lateral da quadra**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 7- Segunda entrada para a quadra**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 8- Cantina**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 9- Entrada para a diretoria**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 10 - Cantina**

Fonte: Compilação do autor

**Figura 11- Entrada do banheiro feminino**

Fonte: Compilação do autor

**Figura 12- Entrada para a parte mais alta da escola**



Fonte: Compilação do autor

## **6.2 Escola Estadual Mário Campos e Silva**

A Escola Estadual Mário Campos e Silva está situado à Rua Oswaldo Cruz, 289, São Sebastião, na zona urbana sede município, do município de Oliveira, oferecendo Ensino Fundamental Anos Finais (Ciclo intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano) e Ciclo da Consolidação com duração de 2 (dois) anos 8º e 9º anos), EJA (Educação de Jovens e Adultos), possuindo 970 alunos matriculados.

Além disso, a escola está inserida em um contexto socioeconômico, desfavorável e imersa em diversos fatores que propiciam a evasão escolar, conforme demonstrou o Projeto Pedagógico da escola Mário Campos

Assim, pode-se ressaltar que a escola apresenta um perfil de vulnerabilidade social, destacando a desigualdade socioeconômica, a desestrutura familiar, alcoolismo e até mesmo o quadro de gravidez precoce resultando em conflitos sociais e evasão escolar.

Sendo assim, a escola possui o desafio de desenvolver habilidades sócio emocionais de seus estudantes, visando à formação de alunos mais cidadãos.

Sendo assim, a educação inclusiva é essencial neste desenvolvimento, todavia, este tipo de educação ainda não é uma realidade completa na instituição, uma vez que, os professores não possuem formação adequada para dar aulas para estudantes com deficiência, conforme afirma o PPP do Mário Campos

O professor regente se relaciona com os estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação: O professor às vezes possui dificuldades nessa relação com o processo de inclusão.

No Projeto Político Pedagógico é notório que há uma parte destinada para alunos que necessitam de uma educação inclusiva onde os mesmos possuem algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental, por meio dos Planos de Desenvolvimento Individuais e os professores de apoio e com a parceria da sala recurso de outra escola. Na qual, a escola oferece aulas especiais para alunos com alguma necessidade educacionais especiais, utilizando da parceria com a escola Doutor José Maria Lobato para a utilização da sala recurso, contudo, o deslocamento até a outra escola é um problema para enfrentado pelas pessoas que são destinatários do projeto, uma vez que, entre as duas escolas é um deslocamento de 1,7 km

Além disso, a instituição apresenta uma estrutura antiga, construída em 1929, logo, há a necessidade de reformas em questões básicas como hidráulica/esgoto. A partir da análise do local constata-se que a estrutura não é adequada para alunos que tenham alguma dificuldade de mobilidade, sendo um terreno desnivelado, além de ter escadas para o acesso da parte interna da escola onde se localiza a maioria das salas de aula, cantina e os banheiros.

Outro problema é o acesso à quadra, pois existe uma rampa íngreme e o caminho até o local é irregular e não é cimentado, onde cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida têm dificuldade para acessar a área onde é utilizado para as aulas práticas de Educação Física.

Por fim, a escola possui objetivos determinados, conforme explana o PPP da instituição “Nosso principal objetivo de formar cidadão autônomo, crítico e ciente do seu papel na sociedade”. Todavia, a partir dos argumentos supracitados, é evidente que a prática desenvolvida nesse ambiente escolar não é compatível com o objetivo apresentado.



## 6.2.1 Imagens da Escola Estadual Mário Campos e Silva

**Figura 1- Cantina**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 2- Banheiro feminino**



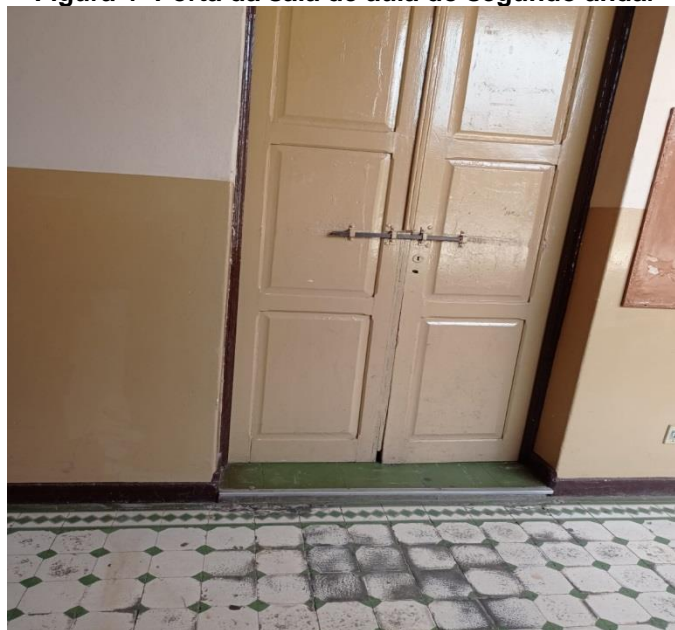
Fonte: Compilação do autor

**Figura 3- Banheiro “adaptado”**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 4- Porta da sala de aula do segundo andar**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 5 – Pátio**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 6- Corredor de acesso às salas de aula**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 7- Salas de aula que ficam na parte inferior da escola**



Fonte: Compilação do autor



**Figura 8- Sala de aula multimídia**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 9- Parte frontal da escola**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 10- Escada de acesso para a escola**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 11 – Pátio da escola**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 12-Biblioteca e entrada da quadra**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 13- Tampa de acesso à quadra**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 14- Entrada da escola**



Fonte: Compilação do autor

### **6.3 Escola Estadual Doutor José Maria Lobato**

A Escola Estadual Doutor José Maria Lobato está situado à Avenida Maracanã, 779, Centro, na zona urbana, município de Oliveira - MG, oferece o Ensino Fundamental/anos finais e duas turmas de Educação em tempo integral (6º e 7º anos), possuindo um total de 726 alunos matriculados

O Projeto Político Pedagógico (PPP) desta escola possui os dados do censo escolar do ano de 2018, na qual, inclui o número total de matrícula e a distribuição dos estudantes por sexo, cor/raça, zona de residência, utilização de transporte escolar público pelos estudantes, além do número total de docentes e o número de professores por etapa de ensino ofertada, todavia, não apresenta o número de alunos com deficiência que estudam na instituição, conforme demonstra o anexo I.

Outra informação relevante apresentada pelo documento é o marco situacional da escola que destaca os aspectos físicos e estruturais, pedagógicos, comunitários e administrativos. Estas informações foram obtidas através do levantamento da opinião dos alunos e professores do colégio. Os pontos levantados sobre a estrutura física deste ambiente foram:

A insegurança do prédio, que é cercado por telas que se encontram deterioradas facilitando a entrada de pessoas estranhas; a escola possui duas quadras construídas há mais de três décadas e que são descobertas, sem infraestrutura. Os vestiários e os banheiros da quadra precisam de reforma; o prédio da escola foi construído na década de 1970 e apresenta problemas estruturais no telhado; redes hidráulica, de coleta de esgoto e elétrica muito antigas; os pisos de todas as salas se encontram em estado deplorável; as portas de madeira precisam ser trocadas; os quadros ainda utilizam giz; os banheiros têm uma estrutura precária e demandam uma reforma imediata; não há separação e coleta seletiva do lixo, sequer lixeiras adequadas nos ambientes; como o terreno da escola é muito grande, sempre há entulhos e objetos que podem vir a ser foco de dengue; a ventilação de todas as salas é muito precária, com janelas envidraçadas e que não podem ser abertas, o que acarreta no desconforto térmico e em muito reflexo da luz nos quadros, interferindo no trabalho diário em sala; a iluminação das salas é precária com várias lâmpadas queimadas há muito tempo; a sala destinada à biblioteca é muito pequena, não comporta todo o acervo e não se torna atrativa para ser utilizada; a limpeza da escola não é feita de modo eficiente, permitindo o acúmulo de poeira e teias de aranha.

A partir desses elementos supracitados é evidente que a instituição não possui estrutura que propicia a educação inclusiva em virtude das barreiras físicas, conforme o pensamento “A acessibilidade passa a fazer parte do cenário educacional, no instante em que o direito de ir e vir com autonomia torna-se elemento importantíssimo para auxiliar na inclusão escolar e social” (TANAKA, 2006). Sendo assim, a escola priva o direito de ir e vir e a possibilidade dos alunos se integrarem em todas as aulas e espaços da escola, uma vez que, o tamanho da biblioteca impossibilita a locomoção daqueles que dependem de uma cadeira de



rodas para se locomover. Além disso, a situação dos pisos aumenta a probabilidade de acidentes para as pessoas que possuem delimitações na sua locomoção.

Outra questão é que a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência determina que a implementação “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”, todavia, o PPP da escola não possui nenhuma menção sobre este ensino, demonstrando que não está, completamente, adaptado ao Currículo Referência de Minas Gerais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, uma vez que, ele ressalta a importância da linguagem acessível a todos:

Quando falamos em linguagem é necessário ressaltar que a instituição de educação infantil deve promover, junto com o docente, o atendimento a todas as crianças, levando-se em conta a Língua de Sinais e o Braille para as crianças com deficiência auditiva e ou visual, buscando conhecer suas perguntas, respostas, suas narrativas e planos (BRASIL, 2018).

Por outro aspecto, o PPP desta instituição demonstra que ela busca adequar o seu plano de curso ao Currículo Referência de Minas Gerais, conforme expressa o documento:

Para a execução do currículo, a escola terá sua organização em planejamentos até chegar aos Planos de Aula, pois “Começar com o fim em mente significa começar com uma compreensão clara do seu destino” (COVEY, 1989). Portanto, conforme as orientações da SEE/MG, a escola operacionalizará seu fazer pedagógico

A escola destina atenção para alunos que necessitam de uma educação inclusiva, onde os mesmos possuem algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental, por meio dos Planos de Desenvolvimento Individuais e os professores de apoio e com a parceria da sala recurso de outra escola, conforme expressa o Projeto Político Pedagógico em seus objetivos

[...]trabalho especializado com estudantes com deficiência, em grupos ou individualmente, com atividades específicas, planejadas de acordo com as características e necessidades do estudante, explicitadas no PDI e em seu comportamento e respostas dadas às situações diversas, utilizando-se de recursos especializados, escolhendo e aplicando estímulos que melhor se adequa às condições de cada um, visando a superação de suas dificuldades específicas, possibilitando-lhe melhores condições de aprendizagem e adaptação na sala de aula.

Neste contexto, a escola possui objetivos compatíveis com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez que, o artigo 27 desta lei determina que os sistemas educacionais devem ter como objetivo “[...]alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”, enquanto o Projeto Político Pedagógico da escola ressalta objetivo similar

É importante “oferecer apoio aos estudantes que precisam de algum tipo de ajuda para realizar as propostas” a fim de garantir o “direito à igualdade de oportunidades”, reiterando que “é preciso conhecer muito bem os alunos para saber qual é o apoio que necessitam”. Uma escola inclusiva é uma escola que inclui a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças. Perseguindo a aprendizagem de forma ampla e colaborativa, oferecendo oportunidades iguais para todos e estratégias diferentes para cada um, de modo que todos possam desenvolver seu potencial.

Por este motivo, a E.E José Maria Lobato é recomendada para aqueles alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou precisam de algum apoio e exigência, sendo ela melhor estruturada e adaptada para receber aqueles alunos que precisam de uma educação especial, mesmo possuindo limitações em relação ao desenvolvimento de aptidões dos deficientes.

### 6.3.1 Imagens Escola Estadual Doutor José Maria Lobato

Figura 1- Área de convivência



Fonte: Compilação do autor

**Figura 2- Pátio**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 3- Área coberta do pátio**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 4- Entrada do banheiro masculino**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 5- Cabines do banheiro masculino**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 6- Interior do banheiro masculino**



Fonte: Compilação do autor



**Figura 7- Banheiro masculino destinado à deficientes**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 8- Salas de aula**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 9- Interior da sala de aula**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 10- Corredor de acesso para as salas de aula**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 11- Pátio**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 12- Interior da sala de aula**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 13- Entrada do banheiro feminino**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 14- Interior do banheiro feminino**



Fonte: Compilação do autor

**Figuras 15- Pias do banheiro feminino**



Fonte: Compilação do autor



**Figura 16- Banheiro feminino destinado à cadeirantes**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 17-Corredor da entrada**



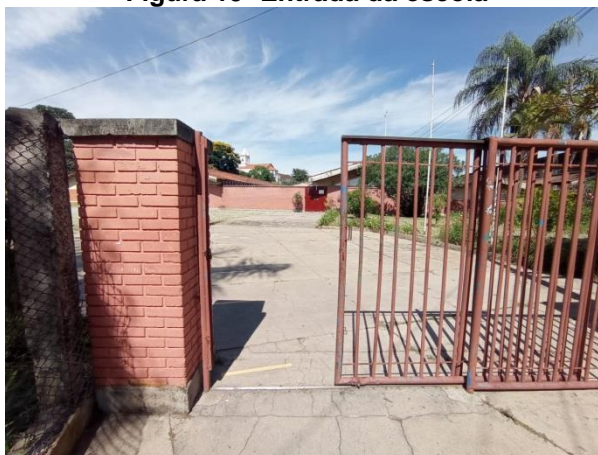
Fonte: Compilação do autor

**Figura 18-**



Fonte: Compilação do autor

**Figura 19- Entrada da escola**



Fonte: Compilação do autor

## **7- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos argumentos apresentados conclui-se que a educação é um direito de todos, inclusive dos deficientes, todavia, este direito foi construído a partir de uma evolução histórica e ainda há diversas questões que precisam ser melhoradas para que este direito seja aplicado de forma adequada e ampla, “Educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com algum tipo de deficiência devem fazer parte das escolas”(KARAGIANNIS, STAINBACK, 1999, P.23).

Partindo desse pressuposto, é possível perceber que as escolas analisadas garantem a matrícula dos alunos que possuem necessidades especiais, mais ainda há diversos desafios que precisam ser enfrentados para assegurar a efetiva inserção destes estudantes no ambiente escolar, conforme assegura Lira e Facion, “que ultrapasse o ambiente escolar, onde todos os alunos podem estar na escola, sim, mas com garantia de viver no âmbito social uma vida mais digna e humana ”(2003, p.54).

Neste contexto, os profissionais da Educação Física possuem um papel fundamental na consolidação de uma educação adequada, na qual, o professor deve mudar algumas concepções como a mudança de aulas voltadas para o desempenho e rendimento, para aulas que busquem a participação de todos os alunos, dando a eles condições de serem ativos nas aulas principalmente para aqueles que tenha algum tipo de especificidade. Para que essa mudança aconteça não basta apenas produzir materiais para estudo, mas também mudar a estrutura das escolas e da

formação dos professores, como cita Skiliar (2001), que considera que as mudanças devem acontecer por transformação de códigos pedagógicos, currículos escolares e programas para formação de professores. Logo, os educadores devem buscar orçamento público para adaptar a estrutura física da instituição. Para mais, eles devem buscar cursos e palestras profissionalizantes que ensinam formas de estarem preparados para lidar com alunos que possuem necessidades especiais. Além de requerer do poder público a concretização de projetos como Programa Nacional do Livro Didático Acessível, visando, uma nova Educação Física escolar com professores envolvidos nas práticas sócio político-pedagógica que se torna capaz de criar caminhos a serem percorridos.

Conclui-se que o professor (a) deve buscar entender as peculiaridades e necessidades específicas de cada aluno, buscando atendê-lo da melhor forma para aumentar as possibilidades e interesse do mesmo.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p.15.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 25 nov. 2022.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e Fundamental**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação. Belo Horizonte, MEC/SEE,2018.

BUENO, J. G. S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais 2006. Projeto de pesquisa**. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao\\_exclusao\\_escolar.pdf](http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao_exclusao_escolar.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

CRUZ, G.C.; PIMENTEL, E.S.; BASSO, L. **A formação profissional do professor de Educação Física diante das necessidades educativas especiais de pessoas portadoras de paralisia cerebral.** SEED/MEC: Revista integração. Edição especial, p. 39-41, 2002. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo.** 2005. 229 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino. **Deficiência, direitos humanos e justiça.** Sur, Rev.int. direitos humanos, vol.6,11.dez.2009. Disponível em <[http://www.scielo.php?pid=S1806-64452009000200004&scrit=sci\\_arttext](http://www.scielo.php?pid=S1806-64452009000200004&scrit=sci_arttext). Acesso em 08 nov.2022>

FERREIRA, E.C.; GUIMARÃES, M. **Inclusão de crianças com deficiência no ensino regular.** In: FERREIRA, E.C.; GUIMARÃES, M. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP & a Editora, 2003.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil.** [S. l.: s. n.], 2008

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo.** In: RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 161-181.

ILDA, Peliz. **Conheça o programa de livros didáticos para estudantes com deficiências visuais.** [Entrevista concedida a] Larissa Lima. Portal MEC, abril, 2020.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W; STAINBACK, S. **Fundamentos do Ensino Inclusivo.** In: STAINBACK, W; STAINBACK, S. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Editora Artimed, 1999.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W; STAINBACK, S. **Visão geral histórica da inclusão.** In: STAINBACK, W; STAINBACK, S. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Editora Artimed, 1999.



LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação: lei nº 9.394**. Brasília. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

LEMOS, E.F. **O princípio da inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação física**. In: Revista Integração. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Ano 14. Edição Especial 2002.p. 14 – 22

MAEBARA , Ana Paula Santos. **A Educação física perante a educação inclusiva**. [S. l.: s. n.], 2006.

MELLO, Maria Aparecida. **Educação física, desempenho escolar e vida**. In: PALHARES, Marina Silveira (Org.). Escola inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 207-224.

MELO, S.C.; LIRA, S.M.;FACION, J.R. **Políticas inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar**. In: FACION, J.R. Inclusão escolar e suas implicações. Curitiba: Editora IBPEX, 2005. p. 47 – 60.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, Valéria Amorin (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Doutor José Maria Lobato, Oliveira(MG), 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Mário Campos e Silva, Oliveira(MG), 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Walfrido dos Mares, Oliveira(MG), 2022.

SANTANA, Fabine. **O esporte adaptado como ferramenta de inclusão para alunos com deficiência física nas aulas esportivas no âmbito escolar**. [S. l.: s. n.], 2018.

SASSAKI, R.K. **Inclusão; construindo uma sociedade para todos**. 5ª ed. Rio de Janeiro:WVA, 2003.

SASSAKI, R.K. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR, 2003.

SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência física.** Ministério da Educação, 2007.

SILVA, Marcus. **Educação física adaptada em uma escola estadual de Maceió,** [S. I.], dez. 2017.

SKLIAR, C. **Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou como acabar de uma vez por todas com as velhas – e novas – fronteiras em educação.** In: Revista Pro-Posições da Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, nº 2-3, vol.12, jul/nov. 2001.

SOUZA, S.B. **Educação física inclusiva: um grande desafio para o século XXI.** In:Revista Integração do Ministério da Educação e Secretaria da Educação Especial. Edição Especial, p.35-38, 2000.

TANAKA, E. D. O. **Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, jan./abr. 2006, v. 12, n.1,p. 139-142.

WINNICK, Joseph P. **Educação física e esportes adaptados.** 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.